

UNIDADE EDUCACIONAL

Candido Motta Filho

Professor da Universidade de São Paulo
Ministério da Educação e Cultura

Aula inaugural do cursos da Universidade do Paraná, proferida em
12 de Março de 1955.

Num país sem tradição universitária como é o nosso, que necessita colocar, repetidas vezes, os seus grandes e tormentosos problemas na pauta das soluções culturais, — é de inegável oportunidade situar, em aula magna como esta, o tema do significado político da escola.

Não é, certamente, tema novo, porque, desde os mais remotos tempos, o ensino se faz, tendo em conta não só a integração do indivíduo no grupo, coom também a direção do próprio grupo. Além disso sabemos que, desde as primeiras organizações universitárias da Idade Média, até às de nossos dias, sempre houve, inspirando-as, louvando-as ou mesmo combatendo-as, motivos políticos fundamentais.

Poderíamos lembrar o destino da Universidade de Bologna, de Paris, de Oxford ou Salamanca e, nessa evocação, com maiores particularidades, a Universidade de Coimbra.

Poderíamos dizer que o problema político sentiu sua dependência da vida cultural, quando, na Idade Média, ao lado dos castelos e das baronias, os mosteiros e as igrejas se voltavam para as hierarquias sociais. A Universidade constitue-se, então, a imagem viva de uma cultura, indispensável à manu-

tenção da cidade terrena. Alimentando espiritualmente a ordem existente, por muitos séculos, conseguia que o mundo se apresentasse como uma harmoniosa edificação.

Essa missão da cultura torna-se mais complexa e mais difícil quando, no Renascimento, despertam as pretensões individualistas. A filosofia, que era universal e dogmática, tornava-se diversificada e crítica, ferindo a fundo uma ordem estável e coerente que reinava entre os homens.

O ensino visa a valorização do homem, para que tudo o que é humano seja conhecido, porque a antiga hierarquia monárquica perdera sua razão de ser. Nesse passo, percebe-se, por toda parte, que uma sociedade de homens livres só seria possível pela dilatação do conhecimento, o que constituiu, a partir do século dezoito, a base do sistema democrático, com a aceitação principalmente das idéias educativas de Lock e de Rousseau.

Desde esse tempo, com o desenvolvimento das ciências, com a multiplicação dos inventos, com o progresso das indústrias, — acredita-se na escola como solução para reduzir os males humanos e as insuficiências sociais. Dava-se, mesmo, um tom grave de axioma, à afirmativa de que abrir escolas é fechar prisões!

O cidadão é a razão da autoridade nos governos. Uma sociedade, onde o cidadão não é realmente cidadão, é uma sociedade de escravos. Rousseau já fazia sentir que o governo é, simplesmente, uma comissão, e quem o encarna é, simplesmente, um comissário. Colocado o problema nesses termos, positivou-se o maior, o mais dramático, o mais empolgante empenho da democracia, que é o de realizar o cidadão pelo aprimoramento de sua consciência cívica, o que equivale dizer, de sua cultura.

Não só nos debates parlamentares, como nos programas de governo, o tema surgia e ressurgia. Uma enorme literatura floresceu para avivá-lo. E, desse modo, multiplicaram-se as escolas e o ensino ficou sendo uma preocupação central do Estado.

Com o individualismo, o liberalismo proclama a mínima interferência do governo e a máxima expansão da livre iniciativa. A escola, por isso mesmo, deveria assegurar um ensino que só cuidasse da máxima revelação das capacidades, porque a democracia só poderia ser compreendida como um regime em que haveria um mínimo de poder.

Porém, a partir, principalmente, de 1848, no exame crítico das realizações havidas, dentro do otimismo progressista, verifica-se que a integração nos rumos sociais, não se fez, como se esperava. O desenvolvimento das cidades e, principalmente, das indústrias, fez com que a incorporação se processasse, em grande parte, sem a participação da escola, ou apenas com a participação mínima da escola. Anatole France, numa crônica malfadada, punha a vivo o contraste entre o que a escola prometia e o que a vida realizava. O trabalho, feito nas fábricas e nas fazendas, absorvia o homem, de tal modo, que o inutilizava para a cultura. Por outro lado, a vida na fábrica, que extinguira a indústria manufatureira, dava ao trabalhador, mediante salário, maior consciência de seu valor social. Ele não queria mais ser um simples proletário, marginal e dependente, mas um participativo, aquele que se pode tornar a figura central no palco da história.

A política democrática que se apegava na política do eleitorado, na política do maior número, já não cuidava mais da preparação do eleitor, senão de sua utilização. O sufrágio universal e os sistemas de voto, por mais exigentes que se mostrassem, não podiam mais conter a avalanche eleitoral. O que acontecia, em todas as atividades sociais, acontecia na atividade política. Havia, por toda parte, uma superpopulação e com isso se inaugurava aquilo que se denomina “o império descomunal das massas”, ou, aquilo que mais modestamente Ortega y Gasset denominava “a rebelião das massas”.

Mudam com isso, sensivelmente, todos os critérios para o comportamento humano e, notadamente, para os interesses políticos. A experiência dos estados totalitários assume propor-

jurídicas, a necessidade do culto ao homem livre. Basta abrirmos os jornais e revistas e anotarmos os acontecimentos. Basta, neste século de ódios políticos, ter em conta os livros de sucesso, o "Zero e o Infinito" de Koestler que significa a experiência de um ex-comunista e a "Vigésima quinta hora", de Giorgiu, que traduz a experiência de um ex-nazista. Ambos, sob pontos de vista diferentes, apontam o mesmo mal, o homem máquina, o homem reduzido à peça de máquina, ou produzido em série como se fosse mero produto industrial, o homem que conheceu os campos de concentração, nazistas, comunistas e anti-nazistas e anti-comunistas, e que enxergam, no panorama trágico do mundo contemporâneo, o crescer, devido às junções impostas pela massa, da "política concentracionária".

Isto quer dizer, apenas, que a massa é uma realidade de tal modo poderosa, que os regimes, os sistemas, os programas, as convicções e as leis a ela se submetem e diante dela se comportam de acordo com suas exigências. O campo de concentração surgiu, como uma vegetação propiciada pelo clima da vida moderna, onde a massa adquiriu força e atuação própria; e os que o conheceram, com suas misérias, torpezas, desesperos, brutalidades e aviltamentos, o enxergam por toda parte, onde as aglomerações se repetem, nas pequenas e grandes cidades, no critério dos racionamentos, nas filas para obtenção de cartões de limento ou mesmo na fila para os ônibus, para as estradas de ferro, para os guichets das repartições públicas, dos teatros, dos cinemas e das praças de desporto.

Esse homem que está na fila é o mesmo homem predisposto às filas trágicas dos campos de prisioneiros ou de populações evadidas, ou perseguidas por ódios raciais ou religiosos.

Não há como fugir a essa realidade tormentosa. Não há, com ela, senão uma pressão que nos obriga a uma existência de renúncias cotidianas, a dizer o que não queremos dizer, porque a velha liberdade do homem está se desfazendo a olhos vistos, à medida que cresce o poder do Estado, à medida que avulta o interesse grupal, à medida que todas as indiscrições, todas as

exigências, tôdas as intromissões, tôdas as ambições, destroem a vida privada, e fazem a vida no lar idêntica à da praça pública.

Para que essa destruição não se consume, precisamos pôr e repôr, nos seus devidos termos, a missão da escola em sua missão política.

Não podemos separá-la e colocá-la num plano cético e indiferente aos tormentos desta época, de afrontosas destruições, apenas com a função de educar para o imprevisível.

A concepção de uma escola indiferente à ordem política seria não só uma utopia, como seria uma negação de si mesma. Seria entregar o homem submisso às ambições do poder, seria portanto o mesmo que enquadrá-la nas exigências da massa.

Estamos, mais do que nunca, vivendo numa época de exaltação política. Coube à nossa geração assistir a queda de impérios, de nações e de regimes. Viu o maquiavelismo subir e descer, nos lances teatrais de líderes sombrios e alucinados. E sabe, por sentir as consequências na própria carne, que tôdas as tipologias políticas são envolventes e conquistadoras e que tôdas elas, e notadamente aquelas de maiores ambições revolucionárias, querem, antes de tudo e acima de tudo, conquistar a infância e a juventude.

Mais do que nunca, portanto, para a vitória da liberdade, se faz mister a conquista da escola, porque a escola prepara o homem do povo e prepara as classes dirigentes. Não há, por isso, pensador algum, pedagogo de autoridade e renome, que não veja, com nitidez, êsse quadro. E se de um lado alguns sustentam que a educação visa integrar o homem nos interesses do Estado, o que redundaria numa anulação das virtudes criadoras da liberdade; por outro lado, outros sustentam, cheios de razão, que a educação, como uma preparação para a vida, visa aperfeiçoar-lhe a personalidade e, com isso, dotá-la de elementos para mantê-la dentro dos poderes do Estado, como um poder autônomo, como um elemento de participação, decisão e ação, nos quadros políticos em que vive.

Não sabemos se foi realmente o professor primário que venceu em Sedan, nem sabemos, como proferiu Renan, se foram as Universidades alemãs que conseguiram essa vitória.

Podemos dizer contudo que, efetivamente, as escolas alemãs influiram decisivamente para essa vitória. Se a atualidade é eminentemente política, acresce que a sua política é, por sua vez, inovadora, quando não revolucionária. As transformações do poder, visíveis e sensíveis, não possuem ainda caráter definitivo e se mostram assim inquietas e inseguras. Há o esquecimento do passado, a descrença no presente e a incerteza no futuro.

E como se trata de um fenômeno universal, êle alcança o nosso país e as condições normais de seu povo. Desde 1930 que vivemos sob o signo da revolução e, portanto, dos descomedimentos. Chegamos até, como diz Pousin, a "sofrer o enjôo de alto mar". Não assistimos senão a essa procura de novos rumos, em contradição acentuada com velhos hábitos. A transformação institucional que as constituições acusam, que as leis ordinárias assinalam, que os novos órgãos do poder público denunciam, que o eleitorado, os partidos e a prática do regime representativo oferecem — as dificuldades administrativas, as prolongadas crises econômicas, as novas ambições de grupos ou classes — situam bem as contradições da vida política do país cujo processo evolutivo foi envolvido pelo dilúvio da crise universal.

A acentuada descontinuidade de critério político nestes últimos trinta anos, que nos dá a impressão de que vivemos numa revolução à procura de princípios, ou numa república sem republicanos, numa federação sem federalismo; numa descentralização sem municipalismo, leva-nos a sentir que as sucessivas levas de crianças e de jovens que procuram as escolas, — são atingidas pelas consequências dêsse estado de coisas e envolvidas pelas seduções da rebeldia e do negativismo.

Pensamos que a política, como ciência do Estado, visa justamente impedir tudo isso, porque ela, quer no seu aspecto so-

cial, quer no seu aspecto histórico, quer no seu aspecto cultural — é uma atividade criadora da ordem, como o direito é a atividade conservadora da ordem.

A concepção dos maquiavélicos, de que a política é a luta pelo poder, por ser destituida de sentido, confunde a ambição pelo poder com as diretrizes do poder.

A luta pelo poder só se explica em nome de uma convicção. De uma concepção do mundo ou de uma concepção do bem comum que é o fundamento de toda ordem coletiva.

No entanto, de há muito que se explica a política como uma atividade eficaz na vida emocional. Ela é assim eficaz pela sua irracionalidade, capaz de despertar no humano a fúria instintiva, e por isso escolhe seu campo de ação na massa humana primitiva e emotiva.

Depois da guerra de 1914, não foram poucas as obras mostrando o perigo dêsse estado de coisas e as tristes consequências da traição das classes dirigentes. Em 1927, Julien Benda escrevia “La trahison des clercs”, quando denunciava o predominio bárbaro do ódio político. “O nosso século, escreveu êle, — antecipando a tragédia política da última guerra — seria exatamente o da organização intelectual do ódio político”. Esse seria um de seus grandes títulos na história moral da humanidade.

Seria então, com isso, a descida da noite do obscurantismo, em cujas sombras se movimentariam animais de preza a que se refere Spengler, ao anunciar ,neste palco propício às ambições do dinheiro, o surdo rumor das sandálias de Cesar.

Posteriormente, com a última guerra, além dos tormentos aviltantes dos campos de concentração, surgiu nas cinzas da guerra, ainda mais apurado, o ódio político na empreza dos tribunais de exceção, julgando sob a pressão das multidões enlouquecidas e no complexo da traição que levou ao abismo de todas as injustiças, o próprio sentido da dignidade humana.

Para que o poder não seja a força irracional, a arbitrariedade e a violência, a escola se propõe a reabastecer os homens de seus privilégios humanos, do direito de ser homem em toda sua plenitude.

A escola tem sido, porém, envolvida, a partir do século dezoito, por numerosos conceitos, que a levaram para rumos, não raro contraditórios e estéreis.

Em 1888, Guilherme Dilthey estudando a possibilidade de uma ciência pedagógica de caráter universal, afirmava o estado de atraço em que se achava a ciência pedagógica, dominada pela casuística e pelo psicologismo, com Herbart ou Spencer.

O mesmo mal, denunciou-o Ortega y Gasset, em nossos dias, quando viu o problema educacional entregue a uma pedagogia em atraço.

Parece-nos, contudo, que a tormentosa experiência de um mundo em mudança, exige visão mais ampla e mais profunda da solução do problema, não se restringindo ao psicologismo, ao historicismo, ao sociologismo, mas colocando a escola em termos universais, e, ao mesmo tempo, de sua época, de forma que a antropologia platônica deviva na de Comenius, de Rousseau e Pestalozzi, de Herbart e Froebel, para ser também a de Dilthey, de Max Scheller, de Hartman e de Husserl.

Só nesse aspecto global, pode a escola reencontrar-se, e realizar aquilo que dela mais necessitamos: — a conceituação do homem, como existência livre, dentro de uma coexistência propícia à liberdade.

Há, desse modo, uma estrutura global, em todo o edifício educativo. A educação forma o homem, através de seu período evolutivo, e o coloca em condições de decidir, nos múltiplos caminhos que a vida lhe oferece.

A escola primária cuida da educação da criança, isto é, do ser em crescimento, daquele que se prepara para tomar, na vida, decisões livres. A criança não tem outro título e outro pre-

vilégio, senão o de ser criança. Não participa ainda das responsabilidades sociais. Alguém fala sempre em seu nome. Na sua alma predisposta e desinteressada, estão tôdas as possibilidades para que as fundamentais reservas da personalidade humana se mantenham vivas e intactas. O que se procura incutir na criança é a predisposição para que viva, sem os males que a sociedade propicia. “A educação, ensina Rousseau, no seu livro “Emile”, deve conservar a criança como criança e o adolescente como adolescente”.

Por isso, a escola primária não distingue nenhum valor diferente que a criança traga consigo. Ela visa tão só aquele que deve um dia ingressar na sociedade, com responsabilidade própria. Mas, se a educação, pelo ensino, visa completar a educação do homem, temos que a considerar sem quebra de sua unidade fundamental.

A educação primária visa à criança, ao passo que a média e a superior, à juventude. Tôdas elas expressam a mesma coisa e obedecem a um mesmo fim. Não podemos mutilá-lo. Não há, realmente, uma educação que procure, como no romance de Giorghi, a formação mecânica de seres privilegiados. A educação é um direito de todos, que faz com que o homem comum e o homem de elite sejam explicáveis e visíveis numa sociedade onde haja, realmente, essa unidade básica que a educação estimula e preserva.

Sem discutirmos aqui as várias doutrinas sobre as elites, podemos, contudo, dizer que tôdas as capacidades políticas decorrem da existência de um povo capaz de formá-las ou abastecê-las.

Sem a existência de um povo, não existe realmente uma elite, porque a elite expressa a sublimação de uma realidade e não um artifício ou uma imposição. Rousseau, que deu novos fundamentos ao contrato social soube distinguir: “reger” um povo ou “submeter” um povo. Para regê-lo e não submetê-lo, é preciso que a classe dirigente dele brote, como de uma árvore brotam suas flores e seus frutos.

A unidade educacional impõe-se, consequentemente, porque toda escola superior será artificial e todo ensino médio ilusório, se não houver ensino primário.

É comum dizer-se que a missão das universidades é a formação das elites. Mas, tal afirmativa será verdadeira, se os outros graus de ensino lhes fornecerem o material humano adequado.

Se a falha começa na educação primária e se desdobra na educação secundária, a vida universitária não terá forças de operar o milagre de transformar em cultura, o que se grangeou, no enganoso artifício das preparações apressadas para exames e conquistas de títulos.

O bacharelismo de hoje, não é um mal peculiar às escolas de direito; mas, um mal comum a todas as escolas superiores, inclusive às técnicas que aderiram a essa corrida insensata para conquista do cartucho de formatura.

Se a crise, que hoje faz estremecer as bases políticas dos povos, — aumentou, transfiguradoramente, a confusão dos valores e comprometeu o sentido das avaliações sociais; se hoje se fala na traição das elites ou na omissão das elites — é por que não se considerou, em seus devidos termos, a missão da escola, não foi vista nem orientada, no sentido de, sem fazer distinções, nem separações, incorporar todos os valores e grupos nos interesses harmônicos da comunidade, pela preparação do homem para ser realmente um homem.

Se continuarmos a olhar no estudante, o qualificado num grupo social, o que provém de uma família de políticos, de operários, de militares ou de religiosos; se continuarmos a ver o ensino, nos seus graus, como departamentos estanques, — não poderemos esperar a formação espontânea e saudável das classes dirigentes.

Só um povo, preparado e reanimado pela educação do homem comum é que formará um governo democrático. Só pelo reconhecimento real, efetivo, sem temer sacrifícios, do princípio

pio de que a educação é um direito de todos e será dada no lar e na escola, educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, — é que uma sociedade poderá restabelecer-se da moléstia que a vem debilitando, desde o comêço do século.

Não há homem livre, sem consciência da liberdade; não há democracia sem consciência de democracia; não há ordem consentida, se não houver a compreensão dos deveres e dos direitos do comportamento humano.

Todos os programas serão inúteis, tôdas as medidas estéreis; tôdas as críticas infecundas, se não houver essa filosofia na base das instituições e essa compreensão política da escola.

Cabe ao Paraná, no explendor de sua mocidade social, na energia de seus propósitos e na certeza de seus altos destinos, abrir caminho, nesse terreno, que uma longa incompreensão tornou quasi intransponível.
